

Diário do Legislativo de 01/10/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária

1.2 - 261ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 26/9/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Bené Guedes - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Luiz Fernando Faria - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião ordinária de terça-feira, dia 1º de outubro, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA 261ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 26/9/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Durval Ângelo; discursos dos Deputados Durval Ângelo, Márcio Cunha, Adelmo Carneiro Leão, Alberto Bejani, Rogério Correia, Irani Barbosa, Maria José Haueisen, Edson Rezende, Sargento Rodrigues e Doutor Viana; aprovação - Requerimento do Deputado Durval Ângelo; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 926/2000; discursos dos Deputados Antônio Genaro, Durval Ângelo, Antônio Genaro e João Leite; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda e subemenda; aprovação; votação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2002; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Bejani - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Bené Guedes - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das quatro reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das quatro reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1h40min para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Durval Ângelo, solicitando a inversão da pauta, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 53/2002 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em discussão. Com a palavra, para encaminhá-lo, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Estamos acompanhando a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 53/2002, do Governador do Estado. A grande reivindicação dos trabalhadores da educação de Minas Gerais é a votação desse projeto, que foi fruto de uma negociação com o Governo no último movimento grevista da categoria. Se os professores cumpriram sua palavra retornando às aulas, o Governo não cumpriu a sua. Não pagou os dias parados e não agilizou a votação do projeto. Um dos compromissos do acordo era a votação do projeto antes das eleições.

A lição que tiramos da greve é o exercício da democracia, e o Poder que a representa tem de se esforçar, fazendo de tudo, nem que seja um Acordo de Líderes, para assegurá-la.

Estou sugerindo a inversão de pauta, para que o Projeto de Lei Complementar nº 53/2002 seja votado em primeiro lugar entre as matérias da pauta, para contribuir, no mínimo, com a agilidade na votação do projeto.

E tenho também outra intenção.

Há interesse do Governo em votar o segundo turno do Projeto de Lei nº 2.329/2002, dos dividendos da CEMIG. Votando o projeto do magistério primeiro, como há interesse imediato de o Governo votar o projeto seguinte, deixaremos claro que se o Governo quer renegociação com a União, se quer receber parcelas devidas do Governo Federal com Minas Gerais, que pelo menos pague seu compromisso com a educação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, faço minhas as palavras do ilustre Deputado Durval Ângelo, às quais acrescento alguns aspectos. Falo na qualidade de professor. Há mais de dez anos lutamos para os educadores terem esse plano de carreira. Essa implementação é a realização de um sonho. Temos de aproveitar este momento importante, em que estão conjugados esforços do Governo e deste parlamento. Muitos de nós gostaríamos de ter tido mais tempo para aperfeiçoar esse projeto, o que coube também a diversas entidades. Fica nosso compromisso de estarmos vigilantes a falhas que porventura existam nesse projeto, para que no futuro o aperfeiçoemos ainda mais, com emendas, etc. O importante é votá-lo e aprová-lo.

Solicito especial compreensão dos educadores que nos visitam porque, para muitos de nós, foi extremamente difícil estarmos aqui hoje. Sabemos da premência do tempo mas eu, por exemplo, ontem à tarde, estava na região de Guanhães, a mais de 300km, e tive de vir correndo para aprovar esse projeto. Muitos Deputados não estão presentes porque nem sabem que o projeto está em Plenário. Não estou nominando os Deputados que porventura não estejam sabendo. Ontem, por volta de 21 horas, liguei para o Deputado Rogério Correia e perguntei o que estava acontecendo, porque meu gabinete havia entrado em contato comigo. O Deputado Olinto Godinho, que é de Santa Maria do Suaçuí, sabe muito bem que em algumas regiões há dificuldade de comunicação. Lá não pega celular. Não estou defendendo ninguém. Estou apenas relatando o fato. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Também manifesto minha concordância com o Deputado Durval Ângelo, que é a favor de se colocar esse projeto em primeiro lugar, considerando que já é tarde, mas antes tarde do que nunca. Aliás, a Assembléia deveria ter votado esse projeto há muito tempo, se houvesse mais vontade do Governo do Estado. Não queremos ver o projeto aprovado apenas em primeiro turno. Considero necessário concluirmos nossas atividades em Minas Gerais com a garantia de um plano de carreira de cargos e salários para os professores. É uma necessidade do Estado, do ponto de vista de organização, de planejamento e de respeito à classe trabalhadora. Muitos dizem que essa dificuldade em aprovar o projeto deve-se ao fato de que implicaria em maiores gastos do Estado, que está em dificuldades. Encaminho denunciando uma grave omissão do Estado diante de suas responsabilidades, o que vemos suceder-se a cada dia.

Hoje o jornal "Estado de Minas" publicou uma matéria da jornalista Bianca Gianninni, em que o Itaú culpa a COMIG no caso das ações. Foram vendidas a preço de nada, por R\$88.000,00, 1700.000 ações da COMIG. O restante do dinheiro deverá ser acertado com moeda podre. Mas, antes disso, essa empresa, dos paraísos fiscais, que comprou as ações, já recebeu R\$1.100.000,00 mais os R\$88.000,00 que aplicou. Desse jeito o Estado nunca conseguirá cuidar dos professores, dos servidores da saúde, da sua organização e da sua economia, pois permite que o seu patrimônio seja jogado fora, como está acontecendo aqui.

Nós, do PT, estamos aqui para dizer que qualquer voto só será dado depois que o plano de carreira dos professores for votado nesta Casa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que ocupam as galerias, como bem disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão, não é de agora que vem acontecendo a falta de critério, de organização e mesmo de respeito com o dinheiro público em Minas Gerais.

Nós, que acompanhamos de perto as atividades econômicas do Estado, vimos que em três anos e meio, para não falar quatro, conseguiu-se dispensar R\$40.000.000,00 de investimentos que viriam para cá, sem contar os que saíram daqui. Um Estado cujo chefe maior passou três anos e meio com brigas e agressões em Brasília - sabemos que tem o os seus motivos -, mas que, de repente, foi visto por todos se abraçando com o seu inimigo nº 1 na televisão. Faltou coerência.

A coerência faz parte deste momento não apenas em relação aos educadores, mas também a outras áreas do Estado, que estão aguardando uma melhor arrecadação para que possam melhorar seus salários e arcar com os seus deveres.

Enquanto isso, Deputado Adelmo Carneiro Leão, continuam as obras do aeroporto de Goianá, que já foi apelidado de Confins II. Estão sendo gastos R\$80.000.000,00 nesse aeroporto, onde irão descer até jatos e "boeings". Ao verificar as condições econômicas daquela região, vi que o seu produto mais atrativo é a banana, que é colhida em Piau e não cobre a despesa de uma carga aérea. Portanto, o dinheiro está desperdiçado, sim. Sou de Juiz de Fora e sou radicalmente contra esse gasto abusivo e, além de tudo, irresponsável, em Goianá, uma cidade que tem pouco mais de 3 mil habitantes e onde não há absolutamente nada. É uma região que está precisando de incentivo fiscal para o microempresário e o pequeno empresário, para que haja desenvolvimento. Aeroporto seria a última coisa a ser feita. Primeiro, é necessário melhorar a situação do microempresário e do pequeno empresário, que são responsáveis por 68,7% dos empregos. Depois disso, havendo demanda, outro aeroporto poderia ser construído. Para reformar o aeroporto de Juiz de Fora, dando condições para pouso até de "boeings", seriam gastos apenas R\$8.000.000,00, para criar uma faixa 3 graus à esquerda, com uma pista de 1.200m. Mas preferiram gastar todo aquele dinheiro. Agora, coincidentemente, vemos no "Tribuna de Minas": "Vende-se uma fazenda ao lado de grande empreendimento". E, pasmem os senhores!, a fazenda que está sendo vendida pertence ao Dr. Hargreaves.

O Sr. Presidente - Caro Deputado Alberto Bejani, o que estamos discutindo é a inversão da pauta. Por favor, não se desvie do assunto.

O Deputado Alberto Bejani - Desculpe-me, Presidente. Vou abordar o assunto em pauta: penso que é hora de os políticos começarem a entender que os educadores já não se iludem com promessas de campanha; temos de fazer alguma coisa concreta, e penso que a hora é esta. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, trabalhadores da educação que hoje nos visitam, vou encaminhar favoravelmente à inversão da pauta por um motivo muito simples. Há um evidente interesse do Governo na votação do Projeto de Lei nº 2.329, do Governador do Estado, que trata da cessão de crédito do saldo da CEMIG - portanto, é um acerto de contas entre o Governo Federal e a CEMIG. Aproveito para dizer que, no 1º turno, votamos favoravelmente a esse projeto, que é bom para a CEMIG, ao contrário do projeto que trata de sua divisão, com o qual não concordamos. Mas, se há interesse do Governo na votação desse projeto, é preciso haver também um esforço real para colocar em Plenário toda a sua base de sustentação para, em primeiro lugar, procedermos à aprovação do plano de carreira dos professores, que também nos foi enviado pelo Governo. Esse esforço tem de ser real. E é evidente que temos de vincular um projeto ao outro, e o requerimento do Deputado Durval Ângelo torna isso possível, colocando na frente do projeto da CEMIG - em que há interesse financeiro por parte do Governo - o projeto do plano de carreira dos professores. Esse é meu primeiro argumento para defender a inversão da pauta.

O segundo argumento é que esse plano de carreira é uma novela antiga. A Deputada Maria José Haueisen, o Deputado Durval Ângelo e eu fomos fundadores da UTE, em 1979, e já àquela época falávamos em plano de carreira. Essa novela é tão antiga que se repetiu no atual Governo. O Governador Itamar Franco poderia ter feito o plano de carreira por delegação, sem mandá-lo para a aprovação da Assembléia Legislativa. Delegamos ao Governador o poder de assim agir, mas ele preferiu protelar na decisão por todo esse tempo e enviar o plano de carreira a esta Casa justamente no período eleitoral, para que, junto com esse plano, não viesse a tabela do piso salarial, que é fundamental. Quer dizer, mesmo com a aprovação desse projeto, que é importantíssimo, no futuro ainda precisaremos travar uma luta imensa para que o piso salarial seja inserido neste plano de carreira que estamos pretendendo votar. Ou seja, o segundo argumento é que há uma urgência histórica para que o plano de carreira dos trabalhadores da educação seja votado, dando-lhes um instrumento de pressão fundamental para que o próximo Governo cumpra esta promessa tão antiga - hoje uma exigência da LDB: a existência de um plano de cargos e salário para a rede estadual de ensino.

E há uma terceira justificativa para que façamos essa inversão da pauta: o esforço feito pelos Deputados que aqui estão, que formam uma grande parte dos Deputados da Casa. Evidentemente, todos fizemos grande esforço para estar aqui.

O Deputado Márcio Cunha ligou ontem, para confirmar minha presença. Eram mais de 9 horas, e eu estava em Guanhães. O mesmo ocorreu com todos os que estão aqui. É claro que é obrigação nossa, mas deveria ser obrigação de todos. Por isso o projeto deve permanecer na pauta, para que todos os Deputados cumpram essa obrigação com a educação pública mineira, compromisso que infelizmente o Governo do Estado não cumpriu da forma como deveria.

Solicito aos Deputados que esse projeto seja votado em primeiro lugar e a pauta fique submetida a sua aprovação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa está reunida nesta quinta-feira, e alguns ainda acham que fazem sacrifício para estar presentes.

Fui eleito para estar no Plenário e votar as matérias necessárias ao bem-estar do povo de Minas Gerais. Ninguém aqui está fazendo sacrifício. Os que não estão aqui estão em campanha, comendo o dinheiro do povo.

Quero dizer a V. Exa. que sou favorável ao requerimento de inversão de pauta, porque é mais necessária a dignidade do funcionalismo público em Minas Gerais que garantias de recursos para dívida futura de um Estado que se diz falido.

Gostaria de dizer que votarei favoravelmente ao requerimento, mas imediatamente pedirei a verificação de votação, para que apareça no quadro desta Assembléia Legislativa os nomes dos que estão trabalhando e dos que estão em campanha com o dinheiro do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria José Haueisen.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, todos queremos que esse projeto seja apreciado e votado quanto antes. Vamos colocá-lo em votação agora para ganhar tempo. Vamos fazer o que é nossa obrigação e votar agora.

O Sr. Presidente - Esta Presidência informa à Deputada Maria José Haueisen que está cumprindo o Regimento Interno, dando a palavra aos oradores para o encaminhamento do requerimento. Com a palavra, para encaminhá-la, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, respeitando a minha companheira Deputada Maria José Haueisen, venho defender a inversão da pauta, para esclarecimento de todos.

Vivo o mesmo que vocês, sou médico concursado da saúde. Sempre defendemos o servidor público e hoje temos dois projetos. O primeiro deles é do Governador do Estado e trata do capital financeiro. O segundo, o Projeto de Lei nº 53/2002, trata do servidor público de Minas Gerais, dos profissionais de educação.

Em 20 anos, a nossa discussão é que o capital financeiro tem sido colocado à frente do capital social. Temos dito que Minas Gerais não tem dado o devido valor ao seu servidor público. Os seus dirigentes não colocam o servidor público como a melhor parte do Estado, que não são os computadores, nem os arquivos, mas os seus servidores. É isso que temos dito.

Essa luta não é de 8 anos, e sim de 20 anos, desde 1980.

É por isso que percebemos algum desânimo nos profissionais da educação e nas escolas que estamos visitando, um certo descrédito até em decorrência das frustrações que se vão multiplicando nestes últimos anos de luta, de greve e de tudo que foi feito em prol do plano de carreira e para a valorização do magistério e dos profissionais da educação.

Em razão desse sentimento que estamos percebendo, em razão da relevância da educação para o nosso Estado e em razão da importância que os Deputados que aqui estão dão à questão, temos de fazer a inversão de pauta, a fim de valorizar o capital social. Ele é mais importante que o capital financeiro. Defendo a inversão de pauta para que possamos fazer justiça aos servidores do Estado, que, na verdade, são os melhores produtores de serviço público para a população de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, companheiros e companheiras da educação, gostaríamos de externar o nosso voto favorável à inversão da pauta, colocando em primeiro lugar o Projeto de Lei Complementar nº 53. Não me estenderei, porque vários colegas que me precederam já se pronunciaram, mas quero dizer aos companheiros da educação que mantenham o movimento. É fundamental que vocês mantenham sua mobilização nas galerias da Assembléia, para que possamos votar o projeto em 1º turno e para que consigam desta Casa o que é necessário, ou seja, a votação da matéria. Aproveito para solicitar ao Presidente da Casa que proceda à recomposição do quórum, a fim de que possamos votar o projeto de lei complementar, já que há necessidade de 39 votos favoráveis à matéria. Portanto, após a votação do requerimento de inversão de pauta, é preciso que V. Exa. proceda também à recomposição do quórum, a fim de darmos a nossa contribuição àqueles que cuidam de nossos filhos em nossas escolas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, professores, como sempre, vamos falar o mínimo, mas o mais importante. Também somos favoráveis ao requerimento de inversão de pauta, por ser justo. Estamos aqui para desfazer essa injustiça que há muito tempo é feita com a categoria da educação.

Parabenizo a todos os que se mobilizaram, principalmente o grupo da minha querida Curvelo, sempre presente, vigilante e atuante. Parabenizo os professores, podem contar com o nosso voto e com o nosso apoio. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Durval Ângelo, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.329/2002 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 926/2000, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva das redes públicas e privadas do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Direitos Humanos perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão do Trabalho que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda

nº 1, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Genaro.

O Deputado Antônio Genaro* - Estou bastante surpreso com este projeto, porque também apresentei um projeto semelhante, que foi aprovado, sancionado e regulamentado. Agora, aparece-me aqui Deputado do PT com o mesmo projeto, dizendo que o meu simplesmente foi revogado pelo Governador. Isso deve ser porque o Deputado Durval Ângelo tem um achego maior com o atual Governador. O meu projeto foi aprovado, sim, senhor, nesta Casa, passou e tudo mais. Ele foi regulamentado. Quero investigar isso para saber que tramóia há neste assunto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, a votação, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - O Deputado Antônio Genaro que me antecedeu, pastor evangélico, usou algumas expressões que penso não serem próprias de alguém que tem o Evangelho como referência na vida. Ele está enganado. Hoje, as pastorais católicas e evangélicas - acho que ele as representa; faço parte da Pastoral Carcerária Católica - estão impedidas de adentrar e fazer visitas em vários estabelecimentos penais, em Minas Gerais. O seu projeto não coloca obrigatoriedade, como determinam as Leis de Execução Penal Estadual e Federal. O nosso projeto torna a medida obrigatória. Hoje, em algumas delegacias de Minas Gerais, para não termos conhecimento da situação de tortura, dos maus-tratos, da violência, alguns Delegados estão impedindo as visitas. Já demos uma entrevista coletiva, nesta Casa, há alguns meses, registrando isso.

O Deputado não conhece o Regimento, porque, se a matéria fosse igual àquela que ele está dizendo ter tramitado, a consultoria da Casa daria nota técnica desfavorável ao projeto. Não podemos apresentar matéria idêntica. Talvez esse seja um desconhecimento regimental, mais um erro, um desliz do Deputado que me antecedeu.

O Deputado Antônio Genaro - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, pelo art. 164, o Deputado Antônio Genaro.

O Deputado Antônio Genaro* - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Deputado Durval Ângelo que o fato de eu ser pastor não me impede de verificar, de querer saber, detalhadamente, o que está acontecendo. Sou a favor desse projeto, mas não sou a favor que peguem o meu projeto e o joguem no lixo para favorecer o projeto de um outro que não teve a ética de, pelos menos, conversar comigo. Se eu fosse fazer um projeto parecido com o de um outro colega, procuraria por ele para conversar. Quer dizer, pelo fato de eu ser pastor, tenho que ficar quietinho, e as pessoas podem fazer o que quiserem comigo, com o meu projeto e acabou? Não admito isso.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, é apenas para esclarecer. Esse projeto foi acordado entre os ministros religiosos. Anteriormente, o Deputado Antônio Genaro apresentou um projeto que, realmente, se tornou lei, foi regulamentado, mas havia um artigo e alguns diretores, especialmente de unidades, não entendiam que ministros religiosos, os padres, os pastores poderiam ter acesso imediato a essas unidades. A legislação proposta pelo Deputado Durval Ângelo, especialmente nesse artigo, atende a uma modificação que dará oportunidade para que os ministros visitem, nas unidades, as pessoas que desejarem. Então, ele vem justamente contribuir para melhorar a proposta feita anteriormente. Creio que existe uma dificuldade e estou agora procurando explicá-la ao Deputado Antônio Genaro.

O entendimento de todos é que essa legislação vem, juntamente, com a que ele propôs, melhorar ainda mais esse assunto. As várias Igrejas representadas apóiam o projeto, justamente por melhorar esse artigo. Por isso, estamos encaminhando favoravelmente à votação do projeto do Deputado Durval Ângelo.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda e subemenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Com a aprovação da Subemenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 926/2000 na forma do Substitutivo nº 1, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou explicar o motivo por que pedi para discutir o projeto. Há um grande problema com esse projeto. Existem cinco emendas apresentadas em Plenário. Isso significa que, se encerramos agora a discussão, em vez de o projeto ser votado, terá de voltar à Comissão de Administração Pública para receber parecer. Portanto, o projeto não seria aprovado hoje. Quero ver se é possível ainda, antes do encerramento da discussão, que os Deputados que apresentaram emenda de Plenário possam retirá-las para que possamos votá-lo hoje.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Não foram retiradas? Entendi que os Deputados haviam retirado as emendas. Quais são elas?

O Deputado Rogério Correia - Não. Ainda existem cinco emendas. Não tenho conhecimento de quais são. Presidente, as emendas estão constando no projeto? Foram recebidas, mas não foi dada ciência ao Plenário. Será que poderemos ter acesso a elas? Se for possível, poderemos solicitar aos Deputados que as retirem. Trata-se de cinco emendas apresentadas em Plenário. Sem essa retirada, o projeto teria de voltar à Comissão de Administração Pública, que convocaria uma reunião extraordinária para apreciá-las. Apreciadas, retornariam ao Plenário, o que não aconteceria hoje. Por isso, solicitei a discussão do projeto. Desse modo, ganharíamos um tempo para tentar, junto aos Deputados que as apresentaram, sua retirada do projeto.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Solicito ao Deputado Rogério Correia que busquemos o entendimento com o Deputado Antônio Júlio. Se isso for alcançado, acredito que possamos nos reunir e essas emendas sejam retiradas e votadas em 1º turno. Solicito que V. Exa. faça esse encaminhamento.

O Deputado Rogério Correia - Acho que uma parte da solução vem por aí. Poderemos suspender os trabalhos e tentar contato com os Deputados que as apresentaram. Certamente foi isso que aconteceu. Os Deputados não foram localizados e, por isso, não providenciaram a retirada de suas emendas. Parece-me que o Sindicato, que estava fazendo esse trabalho, não conseguiu localizar esses Deputados. Precisamos saber quem são eles para tentar localizá-los. É fundamental que essas emendas sejam retiradas para votarmos o projeto em 1º turno.

Ontem, com essa preocupação, apresentei três emendas consensuais na Comissão de Fiscalização Financeira. De público, quero agradecer os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira e Eduardo Brandão, que acataram minhas emendas exatamente para evitar sua apresentação em

Plenário. Essas emendas tiveram até o aval do Secretário Murílio Hingel e do Sindicato. Como já estão aprovadas, já foram incorporadas ao relatório e não atrasarão o processo.

Entretanto, as emendas apresentadas em Plenário precisam ser retiradas. As emendas que já foram incorporadas ao relatório são três. Uma, faz justiça ao Auxiliar de Serviços Gerais, que cumpre uma jornada semanal de 30 horas. No plano de carreira, eles tiveram um aumento para 40 horas semanais. Minha emenda manteve as 30 horas semanais para evitar um aumento de jornada sem ganho salarial. A segunda, dá ao Especialista em Educação condições de optar por uma jornada de 24 ou de 40 horas. A outra também é muito importante. Na progressão horizontal, o Governo dava 5% a cada letra para os Professores e 2% para os outros. Igualamos todos em 5% para que ninguém tenha um ganho menor na progressão. Essas três emendas independem de outras que o Sindicato está negociando. Então, pediremos aos Deputados que apresentaram emendas e que não estão presentes que as retirem, deixando-as ser discutidas em 2º turno.

Como o Deputado Mauro Lobo já disse aqui, assim como o relator, Deputado Eduardo Brandão, da Comissão de Administração Pública, eles já têm o compromisso de discutir, em 2º turno, todas as emendas já apresentadas e retiradas, bem como as apresentadas pelo Sindicato ao Secretário Murílio Hingel, que ainda estão em discussão. É esse o encaminhamento que fazemos neste instante. Precisamos de nos esforçar por localizar esses Deputados a fim de que retirem suas emendas. Temos a esperança de que o projeto seja aprovado em 2º turno ainda na semana que vem, antes do processo eleitoral. É o que todos desejamos.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Acho sensato o encaminhamento do Deputado Rogério Correia. Agora, sim, fica fácil explicar para os que nos visitam o que eu disse anteriormente. Não quis alimentar a polêmica, mas a verdade é que eu estava criticando a forma como fomos convocados ontem. Eu estava em uma região que não tem cobertura de celular. Por um acaso, fui localizado na cidade de Guanhães naquele momento e confirmei a convocação com o Deputado Rogério Correia. Foi isso que eu quis dar a entender. É certo que eu não fiz nenhum sacrifício. Como disse o Deputado Irani Barbosa, temos a obrigação de estar aqui. Isso é evidente. Mas estamos a 12 dias das eleições, e, para quem não sabe, perdi um carro nessa campanha - perda total - na estrada de Guanhães para cá. O Deputado Olinto Godinho conhece a região e pode confirmar o que estou dizendo. As estradas estão horríveis, mas arrisquei minha vida por uma boa causa.

Sua sugestão é interessante, mas precisa haver organização na convocação, para que não ocorra de os Deputados não serem encontrados para retirarem suas emendas. Critiquei a forma como foram convocados os Deputados, de última hora. Eu, por acaso, estava passando pela cidade de Guanhães, poderia não ter sido localizado e ser criticado por isso. Imaginem eu, um educador, depois de ter lutado tanto tempo para aprovar esse projeto, não acompanhar sua votação. Digo isso, compreendam-me, para ajudar, para ser mais eficiente a próxima votação a que nos expusermos. Se vamos fazê-la, estou disponível para isso e creio que a maioria dos Deputados também, façamo-la antes das eleições. Há de haver mais eficiência, não de se dar pelo menos 24 horas de antecedência para localizar os Deputados e colocá-los em Plenário.

Vocês precisam ficar mobilizados, vir a Assembléia, mostrar aos Deputados a importância de eles estarem em Plenário para que possamos votar. Estou aqui disponível para votar o projeto.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Márcio Cunha. Faço eco de suas ponderações, mas também darei uma informação e farei solicitação ao Sr. Presidente. A informação é que, se terminarmos a discussão, como não há nenhuma reunião extraordinária da Comissão de Administração Pública marcada, que só fará reunião na próxima quarta-feira e deve ser a próxima a analisar as emendas, por ser comissão de mérito, significa que só entrará em votação no 1º turno, na próxima quinta-feira, se mantivermos os trâmites normais, o que retardaria muito a tramitação.

Solicito ao Presidente que suspenda a reunião por alguns instantes para nos reunirmos aos Líderes das bancadas presentes e também com lideranças do funcionalismo público, do Sind-UTE para, em primeiro lugar, localizarmos os Deputados que apresentaram emendas, ver se é possível sua retirada e também entrarmos em acordo sobre algum mecanismo para que isso seja agilizado.

Permitindo o processo normal, só teríamos condições de votar na próxima quinta-feira, o que é muito tarde. Minha sugestão é que paralisemos os trabalhos, reunamos as Lideranças, mais os líderes do Sindicato para chegarmos a um acordo e, quem sabe?, localizarmos os Deputados que propuseram emendas. Antes disso, concedo aparte ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, quero somar neste encaminhamento. Acho que chegou o momento de esse projeto ser votado. Para isso, as emendas têm de ser retiradas hoje. Não podemos deixar para depois. Se encerrarmos a discussão aqui, agora, significa que não será votado. Proponho que o Presidente suspenda, adie ou encerre a discussão, neste momento, até que todos os Deputados fossem consultados e, eventualmente, conseguíssemos a retirada dessas emendas para votarmos, se possível, até o fim da tarde. Se encerrarmos a reunião agora, estou decidido, na condição de membro do PT, a não votar nenhum outro projeto. Já encaminho para isso: ou fazemos a suspensão e votamos hoje esse projeto, ou vamos encerrar o voto aqui, hoje, na Assembléia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão, houve, a princípio, um mal-entendido de que eu estaria atrasando o processo de votação, quando, na verdade, estou exatamente tentando adiantá-lo. Se acabar a discussão, imediatamente o projeto sai da pauta, vai para a Comissão, e, aí, não o votamos hoje. Enquanto se discute, ainda há esperança de os Deputados retirarem as emendas.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Desculpem-me, mas gosto de jogar franco. Não é do meu feitio fazer curvas com minhas palavras. Não gostaria que os educadores e seus representantes continuassem na expectativa de que o projeto será aprovado hoje. Os Deputados que apresentaram emendas não foram localizados e não vão aparecer. As emendas só poderão ser retiradas por eles. Não faz sentido continuarmos aqui iludindo vocês.

Interrompi outras atividades e vim para o Plenário cumprir meu papel. Represento meu partido. Não é justo ficarmos aqui, fala um, fala outro, e tudo continua do mesmo tamanho. São cinco emendas, e seus autores não vão aparecer, porque não querem ou porque estão longe.

Se vocês querem escutar a verdade, vou continuar falando; se não querem, que continuem sentados até a noite, porque não vamos votar nada ainda. O projeto que recebeu emendas tem de voltar para as comissões, a não ser que quem as apresentou as retire. E isso não vai acontecer. O que não quero é que sejam iludidos. Não gosto desse tipo de coisa. Estou sendo claro com vocês: lamentavelmente, o projeto não será votado agora.

O Deputado Rogério Correia - Entendo a preocupação do Deputado Alberto Bejani, mas é obrigação nossa tentar votar enquanto houver esperança de votação.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sem abrir mão do meu tempo de discussão, solicito ao Presidente que suspenda a reunião por 10 minutos, para reunirmos as Lideranças e os líderes do sindicato, descobriremos os autores das emendas, encontrá-los e vermos a possibilidade de retirá-las. A pior saída é deixar as emendas irem para a Comissão na quarta-feira, para se tentar uma possível reunião na quinta-feira, com maior

dificuldade que esta.

O Sr. Presidente - A Presidência acata o requerimento do Deputado Rogério Correia, mas informa que a reunião foi suspensa, logo no início, exatamente para tentar o entendimento a que o Deputado se refere.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia 394ª reunião ordinária, em 1º/10/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Regimental

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 109ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/10/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 659/99, do Deputado Antônio Andrade; 1.374/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.557/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.058/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 2.115/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 2.240/2002, da Comissão de CPI do Preço do Leite; 2.258/2002, do Deputado João Leite; 2.272/2002, do Deputado Geraldo Rezende; 2.279/2002, do Governador do Estado; 2.301/2002, do Deputado Sávio Souza Cruz; 2.310/2002, do Deputado Geraldo Rezende; 2.326/2002, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.832/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.285 e 2.286/2002, do Deputado Antônio Júlio; 2.327 e 2.328/2002, do Governador do Estado; 2.340/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.341/2002, do Deputado José Henrique; 2.342/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 1º/10/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.477/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.482, 3.483, 3.484 e 3.485/2002, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 2/10/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.469/2002, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Patrús, Amílcar Martins, Antônio Genaro e Elaine Matozinhos, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 1º/10/2002, às 10 e 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2002.

Dimas Rodrigues, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2002

CONVITE Nº 30/2002

Objeto: contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de manutenção preventiva nas subestações de energia elétrica do Palácio da Inconfidência e do Edifício Tiradentes. Licitante vencedora: AC/DC – Engenharia e Consultoria Ltda.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Posto Antônio Massud Ltda. Objeto: prestação de serviço de abastecimento de combustível para veículos automotores. Objeto deste aditamento: recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Dotação orçamentária: 3.3.90.3000. Vigência: a partir de 10/9/2002.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Jctel Comércio & Distribuição Ltda. Objeto: aquisição de tonalizador para impressora Lexmark T612N. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903000, 01.031.101.4-123.0001 33903000 e 339003900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Concorrência nº 2/2002.